

Comemora-se hoje, dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher.



Um pouco por todo o mundo é reconhecido o enorme fosso que nos separa da tão propalada “igualdade de género”. A OIT destaca que apenas 48% das mulheres têm acesso ao mercado de trabalho (contra 78% dos homens) e denuncia que, mesmo nos países ditos desenvolvidos, a mulher auferia salários em média inferiores em 20% em relação aos dos homens.

Em Portugal o Dia é marcado pela surpresa meio hipócrita com que os nossos decisores “descobriram” os números da “violência de género”, cujas vítimas mereceram uma bandeira a meia-haste como magra compensação pelas divulgadas “sentenças” proferidas por um magistrado de mente medieval conservada em salMoura.

No ensino, no entanto, as mulheres têm, desde sempre, marcado uma posição de destaque, numa profissão que, ao contrário de tantas outras, tem um peso feminino bem evidente. Assim, e segundo dados oficiais de 2017, as mulheres representam cerca de 78% do corpo docente do pré-escolar, básico e secundário.

Não deixa porém de ser revelador que à medida que vamos avançando nos ciclos educativos essa percentagem vai diminuindo, deixando no ar, pelo menos como hipótese, que o/a profissional da educação é valorizada mais pela vertente “maternal” do que propriamente pela vertente pedagógico-científica da função que exerce, o que é francamente redutor e injusto. Daí que dos 99,1% de mulheres que compõem o corpo docente do ensino pré-escolar, se passe para os 71,8% no 3º ciclo e secundário.

Ora, ainda segundo a OIT, o que o futuro nos reserva, com a incorporação cada vez mais intensiva das novas tecnologias no mundo laboral, irá aumentar ainda mais o desequilíbrio em

termos de igualdade de género e para essa organização das Nações Unidas, a solução passa por cada vez mais meninas seguirem carreiras científicas.

E aí a realidade nacional é bem negra: o corpo docente do ensino superior universitário e politécnico apenas integra 44,8% de mulheres. Isto apesar de o recente PREVPAP revelar que a maioria dos precários no ensino superior, docentes, bolseiros ou investigadores, são mulheres, a quem as vetustas instituições negam um emprego estável e com direitos.

Mas, mesmo as 78% de mulheres que integram o corpo docente dos restantes níveis de ensino não têm razões para estar satisfeitas. A estas dezenas de milhares de profissionais altamente qualificadas estão a ser sonogados 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho que efectivamente prestaram, em que se dedicaram de forma generosa e profissional aos seus alunos, e cuja reposição viram garantida na Lei do Orçamento de Estado de 2018, por um governo que decreta bandeiras a meia-haste pelas mulheres vítimas de violência e que exerce esta violência moral e psicológica sobre as e os profissionais da educação. E que mesmo assim não abdicam da sua nobre missão. São estas profissionais que, por vezes em detrimento do tempo para a sua própria família se dedicam de alma e coração às crianças e jovens com que trabalham. Sobretudo porque mesmo sabendo que para os decisores políticos tudo se resume a 1 Dia em que se fazem piás declarações, nas escolas há que, nos restantes 364 dias, travar uma batalha longa e penosa para combater, na raiz, um fenómeno que nos últimos tempos, fruto de uma sociedade cada vez mais individualista e da desagregação das famílias, se manifesta cada vez mais cedo, através da violência no namoro, ou entre simples colegas de escola. É nas mentes e não nos tribunais que se vai ganhar esta batalha. E na primeira linha deste combate vão estar os professores, como vimos na sua esmagadora maioria mulheres.

Como sempre, ao seu lado terão o seu sindicato, o SINDEP.

Vivam as professoras, as educadoras e todas as mulheres!